

COMPANHIA PAULISTA DE INFRAESTRUTURA SOCIAL S.A. - CPIS

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

SUMÁRIO

Relatório da administração.....03

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras05

Balanços patrimoniais.....08

Demonstrações do resultado.....09

Demonstrações do resultado abrangente.....10

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....11

Demonstrações dos fluxos de caixa.....12

Notas explicativas às demonstrações financeiras13

Relatório da Administração

A Companhia Paulista de Infraestrutura Social S.A. – CPIS (“Companhia”) apresenta seu Relatório da Administração, acompanhado das demonstrações financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Apresentação da Companhia

A Companhia Paulista de Infraestrutura Social S.A. – CPIS, constituída em 13/01/2025, é uma sociedade de propósito específico (SPE), concessionária de Parceria Público-Privada (PPP) Administrativa para a gestão e operação de 16 unidades escolares do Estado de São Paulo (Bloco Leste), que atenderão aproximadamente 17 mil alunos em 16 municípios (Aguai, Arujá, Atibaia, Campinas, Carapicuíba, Diadema, Guarulhos, Itapetininga, Leme, Limeira, Peruíbe, Salto de Pirapora, São João da Boa Vista, São José dos Campos, Sorocaba e Suzano), pelo prazo de 25 anos.

Essas unidades integram o cronograma contratual, que prevê a entrega de 7 escolas na Fase I (até junho de 2026). Adicionalmente, a Companhia antecipou a entrega de 1 escola, originalmente prevista para a Fase II (junho de 2027), demonstrando evolução positiva em relação ao cronograma inicialmente estabelecido.

Como evento relevante, destaca-se a inauguração, em março de 2026, no município de Aguai, da primeira unidade do projeto. A obra foi concluída em prazo inferior ao previsto contratualmente (90 dias de antecedência), evidenciando a capacidade de execução da Companhia.

A Companhia segue com a execução das 15 escolas restantes, conforme o cronograma contratual.

A receita reconhecida no exercício refere-se substancialmente à receita de construção (CPC 47 e ICPC 01), sem geração relevante de receita de contraprestação.

A receita relacionada aos serviços de construção ou modernização segundo um contrato de concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Companhia que estabelecem o reconhecimento da receita proveniente de contratos de construção. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A receita das operações ou serviços é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Caso o contrato de concessão de serviços tenha mais de uma obrigação de performance, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

Acionistas

A Companhia Paulista de Infraestrutura Social S.A. – CPIS tem a seguinte composição acionária: Companhia Brasileira de Infraestrutura – CBI, 40%; Agrimat Engenharia e Empreendimentos Ltda., 30%, CLD Construtora Laços Detetores e Eletrônica Ltda., 15%, DP Barros Pavimentação e Construção Ltda., 10%, e Astra Infraestrutura e Concessões Educacionais S.A., 5%.

Desempenho Operacional

No exercício compreendido entre 13 de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou receita operacional líquida de R\$85.553 mil, refletindo o avanço consistente na execução das metas operacionais e contratuais estabelecidas no âmbito da concessão.

Governança Corporativa

A CPIS mantém estrutura de governança alinhada às melhores práticas para companhias de capital fechado em fase de profissionalização. Os principais elementos da governança são:

- Conselho de Administração: ativo, com representação de todos os acionistas, sendo o foro de aprovação de matérias estratégicas, orçamentos consolidados e investimentos relevantes.
- Comitê Financeiro: reunião mensal com participação da Diretoria,
- Diretoria Executiva: liderada por CEO profissional com diretorias funcionais especializadas.
- Auditoria Independente: as Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram auditadas por KPMG Auditores Independentes Ltda., em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, conforme parecer integrante deste conjunto de demonstrações.
- Compliance e Canal de Integridade: em fase de implantação, com previsão de operacionalização plena em 2026.

Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para realizar a auditoria semestral das demonstrações financeiras para o período findo em 30 de junho de 2025 e a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício de 13 de janeiro de 2025 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Destaca-se que, durante o exercício, não foram contratados outros serviços junto à auditoria que pudessem comprometer sua independência. A contratação dos auditores está fundamentada em princípios que asseguram sua autonomia profissional, incluindo:

- (a) a vedação à revisão de seu próprio trabalho;
- (b) a impossibilidade de exercer funções gerenciais; e
- (c) a proibição de prestar serviços que possam configurar conflito de interesse.

Adicionalmente, a administração da Companhia requer, dos auditores independentes, declaração formal atestando que eventuais serviços prestados não comprometem sua independência.

Agradecimentos

A administração da Companhia Paulista de Infraestrutura Social S.A. – CPIS registra seu agradecimento aos membros do Conselho de Administração pelo apoio estratégico e pela contribuição nas decisões relevantes ao longo do exercício. Estendemos também nosso reconhecimento a todos os colaboradores pela dedicação e comprometimento demonstrados, bem como a todos os parceiros e *stakeholders* que contribuíram direta ou indiretamente para o cumprimento da missão da Concessionária.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da

Companhia Paulista de Infraestrutura Social S.A. - CPIS

São Paulo – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paulista de Infraestrutura Social S.A. - CPIS ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo de 13 de janeiro de 2025 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paulista de Infraestrutura Social S.A. - CPIS em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo de 13 de janeiro de 2025 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade

operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 30 de abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027666/O-5 F SP


Gustavo de Souza Matthesen
Contador CRC 1SP293539/O-8

DocuSigned by
Assinado por: GUSTAVO DE SOUZA MATTHESEN/3210080082
CPF: 3210080082
Data/Hora da Assinatura: 4/30/2026 16:19:42 PM BRT
O: KPMG, OU: Presencial
C: BR
Empresário: AC Carlihan RFB OS

COMPANHIA PAULISTA DE INFRAESTRUTURA SOCIAL S.A. – CPIS

Balanco patrimonial para o exercicio findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025		Nota	31/12/2025
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalente de caixa	4	11.723	PASSIVO CIRCULANTE		
Contas a receber	5	54.083	Fornecedores	12	13.050
Tributos a recuperar	6	267	Seguros a pagar		20
Adiantamentos fornecedores	7	4.457	Obrigações sociais e trabalhistas	13	23
Despesas antecipadas		193	Obrigações fiscais e tributárias	14	498
Outras contas a receber		4	Passivo de arrendamento	15	77
Contas a receber de acionistas	8	65.343	Empréstimos e financiamentos	15	10.084
		136.070	Dividendos a pagar	16	349
					24.101
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Imposto fiscal diferido	9	3.154	PASIVO NÃO CIRCULANTE		
Contas a receber de acionistas	8	18.021	Obrigações fiscais e tributárias	13	166
Direito de uso arrendamento	10	92	Passivo de arrendamento	14	26
Imobilizado	11	160			192
		21.427	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Capital social	16	136.286
			Ajuste de Avaliação Patrimonial		(4.201)
			Reserva legal		73
			Lucros a deliberar		1.046
					133.204
TOTAL		157.497	TOTAL		157.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE INFRAESTRUTURA SOCIAL S.A. - CPIS

Demonstração do resultado para o para o exercício 13 de janeiro de 2025 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025
RECEITA	17	85.553
Custo dos serviços prestados	18	(85.554)
PREJUÍZO BRUTO		(1)
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	19	(3.803)
PREJUÍZO OPERACIONAL		(3.804)
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	20	15.409
Despesas financeiras	20	(852)
		14.557
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		10.753
Imposto de renda e contribuição social diferido	9	(2.504)
LUCRO DO EXERCÍCIO		8.249

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE INFRAESTRUTURA SOCIAL S.A. - CPIS

Demonstração do resultado abrangente para o para o exercício 13 de janeiro de 2025 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2025
LUCRO DO EXERCÍCIO	8.249
Outros resultados abrangentes – Reconhecimento do ajuste a valor presente de contas a receber de acionista	(10.982)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(2.733)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE INFRAESTRUTURA SOCIAL S.A. – CPIS

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o exercício 13 de janeiro de 2025 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva legal	Reservas de reavaliação	Lucros acumulados	Lucros a deliberar	Total do patrimônio líquido
Saldo em 13 de janeiro de 2025	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital em 13 de janeiro de 2025	10	-	-	-	-	10
Integralização de capital em 03 de fevereiro de 2025	136.276	-	-	-	-	136.276
Reconhecimento do ajuste a valor presente sobre o contas a receber de acionistas	-	-	(10.982)	-	-	(10.982)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	8.249	-	8.249
Realização do ajuste a valor presente sobre o contas a receber de acionistas	-	-	6.781	(6.781)	-	-
Constituição de reserva legal	-	73	-	(73)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(349)	-	(349)
A deliberar em Assembleia Geral	-	-	-	(1.046)	1.046	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	136.286	73	(4.201)	-	1.046	133.204

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE INFRAESTRUTURA SOCIAL S.A. – CPIS

Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto) para o exercício 13 de janeiro de 2025 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO DO EXERCÍCIO		8.249
Ajustes		
Depreciação e amortização	19	52
Juros sobre empréstimos e financiamentos	15	145
Receitas financeiras (-) AVP Créditos com partes relacionadas	20	(10.138)
Imposto diferido	9	2.504
Juros sobre arrendamento	14	8
Lucro ajustado		820
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber		(54.083)
Tributos a recuperar		(267)
Adiantamentos fornecedores		(4.457)
Despesas antecipadas		(193)
Outras contas a receber		(4)
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores		13.050
Seguros a pagar		20
Obrigações sociais e trabalhistas		23
Obrigações fiscais e tributárias		664
Juros pagos		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	15	(61)
Juros sobre arrendamento	14	(8)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(44.496)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aumento no imobilizado	11	(173)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(173)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aporte de capital	16	46.420
Captação de empréstimos e financiamentos	15	10.000
Pagamentos de arrendamentos	14	(28)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		56.392
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		11.723
Caixa e equivalentes de caixa em 13 de janeiro de 2025		-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2025		11.723
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		11.723

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia Paulista de Infraestrutura Social S.A. – CPIS (“Companhia” ou “Concessionária”) foi constituída em 13 de janeiro de 2025 e sua sede está localizada na Avenida Santo Amaro, 1149 cj 43, Vila Nova Conceição, em São Paulo/SP, CEP 04.505-001 é a concessionária responsável pela concessão administrativa da construção, manutenção, conservação, gestão e operação de 16 (dezesseis) novas unidades de ensino médio e de ensino fundamental II, localizadas nos municípios de Aguaí, Arujá, Atibaia, Campinas, Carapicuíba, Diadema, Guarulhos, Itapetininga, Leme, Limeira, Peruíbe, Salto de Pirapora, São João da Boa Vista, São José dos Campos, Sorocaba e Suzano, localizada na cidade de São Paulo, capital do estado de São Paulo. no lote do contrato determinado lote leste, compreende a prestação de serviços não-pedagógicos, incluindo o fornecimento e manutenção de equipamentos e materiais, bem como a prestação de serviços de apoio à gestão escolar, limpeza, zeladoria, vigilância eletrônica, alimentação e internet.

A concessão foi formalizada por meio de contrato celebrado com o estado de São Paulo, por intermédio de sua Secretaria de Educação do Estado de São Paulo – SEDUC, com vigência de 25 (vinte e cinco) anos, com valor estimado em R\$ 1.055.796. Para assegurar o cumprimento das obrigações previstas no contrato e a entrega das unidades escolares, a Companhia estruturou uma estratégia de financiamento pautada nos seguintes pilares:

- Compromisso dos acionistas: utilização de recursos próprios já aportados, reforçando a confiança e o alinhamento dos investidores no sucesso do projeto;
- Diversificação de fontes de capital: captação de recursos de curto e longo prazo junto ao mercado de capitais e a instituições financeiras, priorizando instrumentos como debêntures de infraestrutura, que oferecem condições adequadas ao perfil do contrato;
- Disciplina financeira e execução gradual: alinhamento entre o cronograma de investimentos e o fluxo de recursos, de forma a preservar liquidez e garantir a eficiência na alocação de capital; e
- Visão de longo prazo: monitoramento contínuo das condições de mercado, com flexibilidade para ajustar a estrutura de financiamento sempre que houver oportunidades de redução de custo ou de mitigação de riscos.

Com essa estratégia, a Companhia busca equilibrar solidez financeira e eficiência de capital, assegurando a sustentabilidade do projeto ao longo de todo o período da concessão.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Concessionária avançou nas iniciativas relevantes para cumprimento do contrato de concessão, com destaque para a regularização e início da construção das escolas da Fase I estipulados pelo contrato de concessão de concorrência internacional.

Reforma Tributária

Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, a qual substituirá gradualmente o PIS, a COFINS, o ICMS e o ISS, com redução significativa do IPI, pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pelo Imposto Seletivo (IS), tendo parte de sua implementação regulamentada em 16 de janeiro de 2025 pela Lei Complementar nº 214/2025.

A legislação complementar estabeleceu exercício de transição de 2026 a 2032, durante o qual os sistemas atual e novo coexistem. Em 2026, primeiro ano da transição, há apuração e recolhimento de CBS e IBS em caráter de teste, com alíquotas reduzidas e possibilidade de compensação integral. A mudança efetiva da carga tributária inicia-se gradualmente a partir de 2027, com a introdução progressiva das alíquotas dos novos tributos e a redução escalonada dos tributos atuais, até a substituição integral prevista para 2032.

Para o exercício de 2026, além da apuração em caráter de teste, é exigido o destaque informativo de CBS e IBS nas notas fiscais, requisito com o qual a Empresa está em conformidade. Ainda, a definição de alíquotas finais, regimes setoriais específicos e determinados parâmetros operacionais permanecem sujeita a regulamentações complementares adicionais.

A Companhia mantém a avaliação dos potenciais impactos, que serão refletidos nas demonstrações financeiras assim que normas definitivas aplicáveis às suas operações forem publicadas. Consequentemente, não há efeitos relevantes registrados nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2 Base de preparação

(a) Declaração de conformidade (com relação às Práticas contábeis adotadas no Brasil)

Declaração de conformidade (com relação às Práticas contábeis adotadas no Brasil).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria executiva em 30 de abril de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações estão descritas a seguir:

(i) Julgamentos

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 01 (R1), a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão.

Determinação das receitas de construção

De acordo com o CPC 47, quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras de acordo com o progresso físico *Percentage of Completion*.

(II) Incertezas sobre premissas e estimativas

Tributos diferidos – nota explicativa nº 9

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

(d) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente no exercício apresentado nas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento da receita

(i) Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R2) Contrato de concessão.

A receita relacionada aos serviços de construção e modernização segundo um contrato de concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da

Companhia que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A receita de operações ou serviços é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de performance, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

b. Receitas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Ajuste a valor presente de contas a receber de acionista;
- juros sobre aplicações financeiras;
- ajuste a valor presente de passivo de arrendamento; e
- Outras receitas / despesas.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. Conforme a nota explicativa nº 20.

c. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais de renda do imposto e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins

de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. Conforme a nota explicativa nº 4.

f. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar são registrados no ativo com base nos valores efetivamente recolhidos ou apropriados, que sejam passíveis de compensação ou restituição perante as autoridades fiscais, observadas as disposições legais vigentes. São apresentados líquidos de eventuais provisões para perdas, quando aplicável. A realização dos créditos é monitorada periodicamente, com base nas projeções de tributos a pagar, compensações ou pedidos de ressarcimento, e seu reconhecimento é sustentado por evidências objetivas de recuperabilidade.

A amortização das despesas antecipadas é realizada de forma sistemática, de acordo com o prazo de vigência dos contratos ou da expectativa de realização do benefício econômico, sendo revisada periodicamente para refletir eventuais mudanças nas estimativas originais.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Conforme a nota explicativa nº 11.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros, e é calculada para os itens do ativo imobilizado, pelo método linear. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Móveis e utensílios	10% ao ano
Computadores e acessórios	20% ao ano

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iv) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(v) Amortização

A amortização é calculada pelo método linear baseado no prazo de concessão. A vida útil estimada do ativo intangível inicia quando a infraestrutura é disponibilizada para uso dos usuários até o final do exercício da concessão. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros - classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado subsequentemente: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros (SPPI) sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR
- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são SPPI sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima (por exemplo, ativos financeiros mantidos para negociação e aqueles que são gerenciados e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo), são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são

tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado pelo método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

A Companhia realiza transações por meio das quais transfere ativos reconhecidos em sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos transferidos não são desreconhecidos.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente a base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente

executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i. Capital social

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido conforme nota explicativa nº 16.

j. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Quando um recebível tem sua perda estimada pelo inadimplemento, a Companhia reconhece em seu resultado uma provisão para perda de crédito esperada. A Perda estimada é revertida quando o recebível é liquidado ou quando o recebível tem sua perda efetivada e é contabilizado em resultado.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados

a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Conforme a nota explicativa nº 12.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

l. Provisões

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

(i) Provisão para riscos processuais

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórios e trabalhistas com base na avaliação de probabilidade de perda, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Não há em 31 de dezembro de 2025 provisões de riscos processuais de prognósticos provável e possível.

m. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

CPC 51 Apresentação e Divulgação das demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das demonstrações Contábeis e se aplica a exercícios de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025
Aplicações financeiras (i)	11.723
	11.723

(i) Em 31 de dezembro de 2025 as aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e são remuneradas a taxa de 100% do Certificado de Depósito Interbancário CDIs, prontamente resgatáveis sem mudança significativa de valor.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 21.

5 Contas a receber

	31/12/2025
Valores a receber poder concedente	54.083
	54.083

O montante de R\$ 54.083 a receber do poder concedente corresponde a parcela do investimento classificada como ativo financeiro, por representar um direito contratual de recebimento de caixa. A remuneração é baseada em TIR efetiva, ajustada para que o saldo seja totalmente amortizado até o final do contrato de concessão. Os recebimentos irão ocorrer de forma mensal através de contraprestações fixa a partir da entrega do mês de setembro de 2026 e via ressarcimento das construções entre o exercício de novembro de 2025 até outubro de 2027.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº 21.

6 Tributos a recuperar

	31/12/2025
Imposto de renda s/aplicação	218
IRRF a recuperar	44
Tributos pagos a maior ou indevidamente	5
	267

7 Adiantamentos a fornecedores

	31/12/2025
Adiantamento a fornecedores (i)	4.457
	4.457

(i) Saldo corresponde a antecipação de pagamento de fornecedores sendo que 94% desse valor é referente a compra de mercadoria para entrega futura

8 Partes Relacionadas

a. Controladora

A Companhia Paulista de Infraestrutura Social S.A. – CPIS é controlada em conjunto pelos acionistas apresentados no quadro abaixo:

Em percentual	%
CBI - Companhia Brasileira de Infraestrutura	40%
Agrimat Engenharia e Empreendimentos Ltda.	30%
CLD Construtora Laços Detetores E Eletrônica Ltda.	15%
DP Barros Pavimentação E Construção Ltda.	10%
Astra Infraestrutura e Concessões Educacionais S.A.	5%
Participação total	100%

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui um direito a integralização de capital de seus sócios ajustado a valor presente conforme quadro a seguir:

Ativo	31/12/2025
Companhia Brasileira de Infraestrutura - CBI	35.947
Agrimat Engenharia e Empreendimentos Ltda.	26.959
CLD Construtora Laços Detetores e Eletrônica Ltda.	13.480
DP Barros Pavimentação E Construção Ltda.	8.987
Astra Infraestrutura e Concessões Educacionais S.A.	4.493
(-) Ajuste a valor presente (AVP)	(6.502)
Partes relacionadas	83.364
Ativo circulante	65.342
Ativo não circulante	18.021

(i) Referente ao saldo a integralizar do capital social no valor de R\$ 83.364, saldo líquido de ajuste a valor presente, descontado a uma taxa 12.15% a.a..

Cronograma de aporte:

julho/2026	67.153
março/2027	11.659
junho/2027	4.552
Total	83.364

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui dividendos a pagar a seus sócios conforme quadro a seguir:

Passivo	31/12/2025
Companhia Brasileira de Infraestrutura – CBI	140
Agrimat Engenharia e Empreendimentos Ltda.	105
CLD Construtora Laços Detetores e Eletrônica Ltda.	52
DP Barros Pavimentação E Construção Ltda.	35
Astra Infraestrutura e Concessões Educacionais S.A.	17
Total	349

b. Operações com pessoal-chave da Administração

Transação	
Salários	1.959
Outros benefícios	257
Total (i)	2.216

(i) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. No exercício 13 de janeiro de 2025 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2025 foram pagos R\$ 2.216 aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, assistência médica, entre outros).

c. Outras transações com partes relacionadas

	31 DE DEZEMBRO DE 2025				
	Quantidade de ações	%	Capital Subscrito R\$	Capital integralizado R\$	(-) Capital Social a Integralizar R\$
Companhia Brasileira de Infraestrutura - CBI	5.451.047	40%	54.514	18.567	35.947
Agrimat Engenharia e Empreendimentos Ltda.	4.088.285	30%	40.886	13.927	26.959
CLD Construtora Laços Detetores e Eletrônica Ltda.	2.044.142	15%	20.443	6.963	13.480
DP Barros Pavimentação e Construção Ltda.	1.362.762	10%	13.629	4.642	8.987
Astra Infraestrutura e Concessões Educacionais S.A.	681.381	5%	6.814	2.321	4.493
Total	13.627.617	100%	136.286	46.420	89.866

(i) De acordo com a Ata de Constituição, o capital social subscrito foi de R\$ 136.286, tendo sido integralizado, para fins de assinatura do Contrato de Concessão, 16,8% desse valor, ou seja, R\$ 46.420, conforme nota nº16. Nos termos da referida Ata e do Contrato de Concessão, o restante deve ser integralizado até o junho de 2027.

9 Imposto fiscal diferido

Os tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre as bases contábeis e fiscais de ativos e passivos, bem como sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, calculados com base nas alíquotas de 25% para o Imposto de Renda (IRPJ) e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Descrição	IR/CS Diferido	
Ativos fiscais diferidos		
Ajuste a valor presente contas a receber de acionistas	6.502	2.210
Prejuízo fiscal base negativa	2.775	944
Ativos fiscais diferidos	9.277	3.154
Tributos diferidos líquidos	9.277	3.154

Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos:

Descrição	Saldo em 13 de janeiro de 2025	Total constituído em Patrimônio Líquido	Total constituído em resultado	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Ativos fiscais diferidos				
Ajuste a valor presente contas a receber de acionistas	-	5.658	(3.448)	2.210
Prejuízo fiscal base negativa	-	-	944	944
Ativos fiscais diferidos	-	5.658	(2.504)	3.154
Tributos diferidos líquidos	-	5.658	(2.504)	3.154

Conciliação da alíquota de imposto efetiva:

	31/12/2025
Lucro antes dos tributos	10.753
Imposto calculado com base na taxa nominal - 34%	(3.656)
Adições e exclusões permanentes	1.152
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(2.504)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.504)
Alíquota efetiva	-23%

10 Direito de uso

A Companhia atua como arrendatária em contratos de arrendamento, de acordo com o CPC 06 (R2), os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial, para mais detalhes vide nota explicativa nº 14.

a. Composição

Direito de uso	Taxa de amortização	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Veículos Administrativos	13%	131	(39)	92
		131	(39)	92

b. Movimentação do direito de uso arrendamento

	Veículos Administrativos
Saldo em 13/01/2025	-
Adição	131
Amortização	(39)
Saldo em 31/12/2025	92

11 Imobilizado

a. Composição

	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo em 31/12/2025 Valor Líquido
Computadores e acessórios	20%	154	(12)	142
Móveis e Utensílios	10%	19	(1)	18
		173	(13)	160

b. Movimentação

	Móveis e Utensílios	Computadores e acessórios	Total
Saldo em 13/01/2025	-	-	-
Adições	154	19	173
Depreciação	(12)	(1)	(13)
Saldo em 31/12/2025	142	18	160

- (i) A composição do imobilizado em 31 de dezembro de 2025, é referente móveis e utensílios e computadores e acessórios. A movimentação do exercício reflete os ingressos ocorridos no exercício e a depreciação apropriada conforme as taxas definidas pela Administração.

O ativo imobilizado é analisado para verificar a existência de indicativos de *impairment*, no mínimo, anualmente. Para 31 de dezembro de 2025, a Administração não identificou evidências que indicassem a necessidade de reconhecimento de perdas por desvalorização.

12 Fornecedores

	31/12/2025
Fornecedores nacionais	13.050
	13.050

Os saldos apresentados referem-se, substancialmente, a obrigações com fornecedores nacionais, incluindo valores provisionados com base em medições de serviços já executados, mas cujas notas fiscais ainda não haviam sido emitidas até 31 de dezembro de 2025.

O saldo também inclui cauções e retenções contratuais, conforme previsto em contratos firmados com prestadores de serviços.

Para maiores informações sobre como esses acordos afetam a exposição do Grupo ao risco de liquidez, consulte a nota explicativa 21.

13 Obrigações fiscais e tributárias

	31/12/2025
ISS retido a recolher	217
COFINS diferido sobre construção	143
INSS retido a recolher	191
CRF a recolher	66
PIS diferido sobre construção	23
IRRF S/ Pessoa jurídica	21
COFINS a recolher	3
PIS a recolher	1
	664
Passivo circulante	498
Passivo não circulante	166

14 Passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui contratos de arrendamento vigentes relacionados a veículos utilizados em suas operações. Esses contratos foram classificados como arrendamentos conforme os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – e Arrendamentos, com reconhecimento do passivo de arrendamento correspondente e do ativo de direito de uso no ativo não circulante.

Os contratos possuem prazos determinados e pagamentos fixos mensais, sujeitos a reajuste anual com base na variação do IPCA. A mensuração inicial do passivo considerou a taxa incremental da Companhia com base em estimativas de taxas de mercado aplicáveis a contratos com características semelhantes, considerando o prazo do arrendamento, o tipo de ativo e condições econômicas vigentes à data de início do contrato.

Adicionalmente, os contratos não preveem pagamentos variáveis ou cláusulas de ajuste com base em performance operacional. As principais características contratuais, como prazo, valor das parcelas, estão descritas a seguir:

Contrato	Data assinatura do contrato	Vigência	Valor da parcela	Total de Parcelas pagas em 2025	Índice de atualização do contrato	Taxa de desconto
Veículos Administrativos	26/02/2025	01/06/2025 a julho/27	6	38	SELIC	13,15% a.a.
			6	38		

a. Composição em 31/12/2025

	31/12/2025		
	Principal	(-) AVP	Total
Circulante			
Veículos	80	(3)	77
	80	(3)	77
Não Circulante			
Veículos	32	(6)	26
	32	(6)	26

b. Movimentação em 31/12/2025

	Veículos	Total
Saldo em 13 de janeiro de 2025	-	-
Adições	131	131
Pagamentos do principal	(28)	(28)
Juros pagos	(8)	(8)
Apropriação de juros no período	8	8
Saldo em 31 de dezembro de 2025	103	103

A seguir são apresentados o cronograma de pagamentos dos arrendamentos:

Vencimento	R\$
2026	80
2027	32
	112

15 Empréstimos e financiamentos

Os recursos foram captados para suprir necessidades imediatas de caixa para honrar os fluxos de pagamentos previstos:

Natureza Contratação	Taxa	Captação	Vencimento	Total Contratado	Principal	Juros apropriado	Juros pagos	31/12/2025
GIOPRE AVAL	16,20%	nov-2025	jan-2026	10.000	10.000	145	(61)	10.084

Movimentação 2025:

Natureza Contratação	Saldo em 31/12/2024	Captação	Juros apropriado	Principal pago	Juros pagos	Custos a apropriar	Saldo em 31/12/2025
GIOPRE AVAL	-	10.000	145	-	(61)	-	10.084

16 Patrimônio Líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é no valor de R\$ 136.286 (cento e trinta e seis milhões, duzentos e oitenta e seis mil), representado por 13.627.617 (treze milhões, seiscentos e vinte e sete milhões, seiscentas e dezessete mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, totalmente subscritas pelos acionistas, em moeda corrente nacional, e parcialmente integralizadas, conforme apresentado a seguir:

Demonstrações financeiras
COMPANHIA PAULISTA DE INFRAESTRUTURA S.A. - CPIS
em 31 de dezembro de 2025

31 de dezembro de 2025					
	Quantidade de ações	%	Capital subscrito R\$	Capital integralizado R\$	(-) Capital social a integralizar R\$
Companhia Brasileira de Infraestrutura - CBI	5.451.047	40%	54.514	18.567	35.947
Agrimat Engenharia e Empreendimentos Ltda.	4.088.285	30%	40.886	13.927	26.959
CLD Construtora Laços Detentores e Eletrônica Ltda.	2.044.142	15%	20.443	6.963	13.480
DP Barros Pavimentação e Construção Ltda.	1.362.762	10%	13.629	4.642	8.987
Astra Infraestrutura e Concessões Educacionais S.A	681.381	5%	6.814	2.321	4.493
Total	13.627.617	100%	136.286	46.420	89.866

Na Ata da assembleia geral de constituição realizada em 18 de dezembro de 2024 e registrada na junta comercial em 13 de janeiro de 2025, foi constituído a Companhia e neste ato foi subscrito o capital do social de R\$ 10 (dez mil reais) que ficou a integralizar. E em 14 de janeiro de 2025 foi realizado uma assembleia geral extraordinária onde foi deliberado o aumento do capital social para 136.276 (cento e trinta e seis milhões, duzentos e setenta e seis mil) que será integralizado até 2027, Companhia passando para um capital subscrito de 136.286 (cento e trinta e seis milhões, duzentos e oitenta e seis mil).

b. Reservas de reavaliação

Os valores registrados referem-se ao “Ajuste Avaliação Patrimonial” sobre Créditos com partes relacionadas sobre o saldo a integralizar dos acionistas, essa avaliação visa ajustar o valor dos ativos da Companhia ao seu valor justo no balanço patrimonial. Informações na nota explicativa nº8.

c. Reservas de lucros: Legal e retenção de lucros

O Estatuto Social da Companhia estabelece que o lucro líquido do exercício, após as deduções destinadas à reserva legal, conforme previsto em lei, será submetido à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas quanto à sua destinação podendo ser destinado a reserva de retenção de lucros ou outros reservas. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de reserva legal constituído é de R\$ 73.

d. Distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê a possibilidade de levantamento de balanços semestrais, trimestrais ou em exercícios menores, com o objetivo de viabilizar a distribuição de dividendos intermediários, observando-se, no mínimo, o dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Segue adiante o demonstrativo de cálculo desses dividendos

	31/12/2025
Base de cálculo - representada pelo lucro líquido do exercício	8.249
(-) Realização do ajuste a valor presente sobre o contas a receber de acionistas	(6.781)
(-) Reserva legal - 5%	(73)
(-) Dividendos mínimos obrigatórios propostos – 25%	(349)
Lucros à disposição da Assembleia Geral	1.046

Qualquer valor de dividendos acima do mínimo obrigatório somente é provisionado quando e na medida em que forem aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

17 **Receita**

	31/12/2025
Receita de construção	85.554
Deduções	(1)
	85.553

18 **Custo dos serviços prestados**

	31/12/2025
Custos de construção (a)	(85.554)
	(85.554)

(a) Custos de construção: O custo de construção foi reconhecido conforme os critérios estabelecidos pela Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e pela Orientação OCPC 05, aplicáveis a contratos de concessão de serviços públicos. Os valores refletem os custos incorridos na execução das obras de implantação da infraestrutura concedida, incluindo projetos, gestão, supervisão e execução física, ainda que por meio de terceiros.

19 **Despesa administrativa**

	31/12/2025
Prestadores de serviços	(2.173)
Benefícios	(345)
Seguros	(251)
Serviços advocatícios	(208)
Licenças de softwares	(117)
Serviços auditoria	(115)
Serviços contabilidade	(93)
Gastos gerais Despesas	(98)
Salários e remunerações	(68)
Aluguéis e condomínio	(42)
Serviços assessoria e consultoria	(60)
Material, equipamentos e veículos	(20)
Despesas com viagens	(37)
Manutenção e reparo	(44)
Encargos sociais e trabalhistas	(23)
Multas	(14)
Depreciação e amortização despesas	(52)
Material de escritório	(10)
Serviços de limpeza e conservação	(10)
Serviços de ensino de idiomas	(10)
Material de higiene e limpeza	(9)
Aluguéis e arrendamentos	(4)
Despesas administrativa	(3.803)

20 **Resultado financeiro**

	31/12/2025
Receitas financeiras	
Ajuste a valor presente contas a receber de acionistas	10.138
Juros e variação monetária do ativo financeiro	2.352
Descontos e juros ativos	1.801
Receitas de aplicações financeiras	1.343
(-) Pis/Cofins sobre receitas financeiras	(225)
	15.409

Despesas financeiras

Outras despesas financeiras	(604)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(145)
Tarifas bancárias	(95)
Ajuste a valor presente passivo de arrendamento	(8)
	(852)

Resultado Financeiro Líquido**14.557**

21 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

(a) Gerenciamento de riscos financeiros

As atividades da Companhia expõem-na a diversos riscos financeiros, entre eles o risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco regulatório. A Companhia possui política de gerenciamento de riscos financeiros, que orienta a celebração de transações e estabelece diretrizes para diversificação de instrumentos e contrapartes. A exposição a riscos é monitorada de forma recorrente pela Administração, de forma a mitigar seus impactos e preservar os recursos e a viabilidade econômico-financeira do contrato de concessão.

(b) Fatores de risco

(i) Risco de mercado

Decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas relacionadas à variação de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros, principalmente aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha recursos aplicados em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), atrelados à variação do CDI, classificados como caixa e equivalentes de caixa.

Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia com os respectivos impactos nos resultados da Companhia.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros risco redução	Cenário provável
CDI ativo (% a.a.)	14,90% (*)

(*) O indicador utilizado foi a taxa CDI Over de 31/12/2025, divulgada pela B3.

Em 31 de dezembro de 2025, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

			Cenário provável	
Instrumentos	Exposição em 31/12/2025	Risco	%	Valor
<u>Ativos financeiros:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	11.723	CDI	14,90%	1.747
<u>Passivos financeiros:</u>				
Empréstimos e financiamentos	10.084	CDI	14,90%	1.503

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de inadimplência de contrapartes em obrigações contratuais com a Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, a exposição ao risco de crédito estava concentrada em aplicações financeiras com instituições de primeira linha e em valores a receber do Poder Concedente, classificados como ativo financeiro decorrente da contraprestação pública prevista no contrato de concessão.

A Companhia não possui exposição relevante a risco de crédito com clientes privados nem apresenta concentração por região geográfica. A Administração não identificou necessidade de constituição de provisão para perdas esperadas com base nos critérios definidos pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

(iii) Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado à possibilidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir suas obrigações nos vencimentos. A gestão de liquidez é realizada com base em premissas de desembolsos operacionais e investimentos previstas no plano de negócios da concessão, sendo os recursos de curto prazo mantidos em aplicações financeiras de alta liquidez.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais		
		Total	2026	2027
Fornecedores e outras contas a pagar	13.050	13.050	13.050	-
Arrendamento a pagar	103	112	80	32
Empréstimos e financiamentos	10.084	10.239	10.239	-
	23.237	23.401	23.369	32

(iv) Risco regulatório

As tarifas cobradas pela ARSESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo): agência reguladora que supervisiona o cumprimento das cláusulas contratuais e sujeitas a revisões periódicas, conforme regras do contrato de concessão. A modulação de reajustes tarifários e

eventuais alterações normativas podem impactar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A Companhia monitora continuamente os aspectos regulatórios e mantém interlocução constante com o poder concedente.

(c) Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com foco na manutenção da capacidade operacional e no cumprimento do cronograma de investimentos, buscando assegurar a continuidade das operações e a otimização do retorno ao acionista.

(d) Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Categoria	Instrumentos	Valor contábil 31/12/2025	Valor justo 31/12/2025	Classificação
Ativos financeiros	Caixa e equivalentes de caixa	11.723	11.723	Custo amortizado
Ativos financeiros	Contas a receber	54.083	54.083	Custo amortizado
Ativos financeiros	Adiantamento a fornecedores	4.457	4.457	Custo amortizado
Ativos financeiros	Contas a receber de acionistas	83.364	83.364	Custo amortizado
Ativos financeiros	Despesas antecipadas	193	193	Custo amortizado
Ativos financeiros	Outras contas a receber	4	4	Custo amortizado
Passivos financeiros	Fornecedores e outras contas a pagar	13.050	13.050	Outros passivos financeiros
Passivos financeiros	Arrendamentos a pagar	103	103	Outros passivos financeiros
Passivos financeiros	Empréstimos e financiamentos	10.084	10.084	Outros passivos financeiros

(e) Hierarquia do valor justo

Conforme previsto no CPC 46, os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo são classificados em três níveis, de acordo com a observabilidade dos dados utilizados:

- Nível 1: Preços cotados em mercados ativos;
- Nível 2: Dados observáveis indiretos (preços derivados); e
- Nível 3: Dados não observáveis.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e se aproximam dos seus valores justos, portanto, não apresentou movimentações entre níveis da hierarquia.

22 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2025
Direito de uso arrendamentos (a)	148
Capital subscrito x contas a receber acionistas (b)	83.365
	83.513

(a) A Companhia efetuou o reconhecimento inicial dos contratos de direito de uso de arrendamentos, os quais não impactaram caixa na atividade de investimento em contrapartida ao passivo de arrendamento.

(b) A Companhia reconheceu, no ativo, valores a receber de seus acionistas referentes ao capital subscrito ainda não integralizado. Tais valores não impactaram o fluxo de caixa das atividades de financiamento.

23 Eventos subsequentes

A Companhia avaliou os eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão, e identificou os seguintes eventos subsequentes relevantes:

(a) Emissão de notas comerciais – empréstimo ponte

Em 30 de janeiro de 2026, a Companhia realizou a emissão de notas comerciais escriturais, no âmbito de uma operação de empréstimo ponte, no montante total de R\$ 170.000, com o objetivo de reforço de caixa para suportar os investimentos previstos na fase de implantação do projeto.

A operação possui prazo de vencimento em 29 de novembro de 2027, com remuneração equivalente a CDI + 2,80% a.a. garantias em condições usuais de mercado para esse tipo de transação.

Os recursos captados serão destinados, substancialmente, ao financiamento do CAPEX, bem como ao cumprimento de demais obrigações relacionadas à execução do contrato de parceria público-privada.

(b) Entrega da primeira unidade escolar

Em 30 de março de 2026, a Companhia concluiu e realizou a entrega da primeira unidade escolar, localizada no município de Aguaí, no âmbito do contrato de parceria público-privada firmado com o Estado de São Paulo. A entrega ocorreu com aproximadamente 90 dias de antecedência em relação ao cronograma originalmente previsto, evidenciando o avanço da Companhia na execução do projeto. A entrada em operação desta unidade marca o início da fase operacional do contrato, com potencial geração de receitas conforme previsto nos termos contratuais.

(c) Aquisição de terrenos

No período subsequente, a Companhia realizou aquisições de terrenos destinados à implantação das futuras unidades escolares previstas no contrato de concessão. Tais investimentos estão alinhados ao cronograma físico-financeiro do projeto e refletem a continuidade das atividades de desenvolvimento e expansão da infraestrutura necessária ao cumprimento das obrigações contratuais.

(d) Amortização de empréstimos

Em 2025 houve a captação de capital de giro no valor de R\$ 10.000 (16,20% a.a), com a quitação ocorrendo em fevereiro de 2026.

A Administração concluiu que os eventos acima descritos não configuram condições existentes na data-base das demonstrações financeiras, razão pela qual não houve necessidade de ajustes nos saldos apresentados, sendo efetuada apenas a sua divulgação, conforme aplicável.

* * *

Certificate Of Completion

Envelope Id: 2AAE8816-F57C-4DAB-B32D-3265BFCF7B0A		Status: Completed
Subject: Complete com o Docusign: DF 2025 -CPIS VF_CLIENTE.pdf		
Área:		
Source Envelope:		
Document Pages: 35	Signatures: 1	Envelope Originator: Rodrigo Bako Fernandes Da Silva Av. Higienopolis 1100 Londrina, PR 86020-911 rodrigobsilva1@kpmg.com.br IP Address: 147.161.129.16
Certificate Pages: 2	Initials: 0	
AutoNav: Enabled		
Envelopeld Stamping: Enabled		
Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia		

Record Tracking

Status: Original 4/30/2026 5:44:33 PM	Holder: Rodrigo Bako Fernandes Da Silva rodrigobsilva1@kpmg.com.br	Location: DocuSign
--	---	--------------------

Signer Events	Signature	Timestamp
---------------	-----------	-----------

Gustavo S. Matthiesen ID: 321.008.008-92 gustavomathiesen@kpmg.com.br SÓCIO KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate Signature Provider Details: Signature Type: ICP-Brasil Issuer: AC Certisign RFB G5 Signer CPF: 32100800892 Subject: CN=GUSTAVO DE SOUZA MATTHIESEN:32100800892	Assinado por:  E7E0E86483424B9... Signature Adoption: Uploaded Signature Image Using IP Address: 72.145.76.10 Certificate policy: [1]Certificate Policy: Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.6 [1,1]Policy Qualifier Info: Policy Qualifier Id=CPS Qualifier: http://icp-brasil.certisign.com.br/repositorio/dpc/AC_Certisign_RFB/DPC_AC_Certisign_RFB.pdf	Sent: 4/30/2026 5:46:06 PM
		Viewed: 4/30/2026 6:18:57 PM
		Signed: 4/30/2026 6:19:46 PM

Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via Docusign

In Person Signer Events	Signature	Timestamp
-------------------------	-----------	-----------

Editor Delivery Events	Status	Timestamp
------------------------	--------	-----------

Agent Delivery Events	Status	Timestamp
-----------------------	--------	-----------

Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp
------------------------------	--------	-----------

Certified Delivery Events	Status	Timestamp
---------------------------	--------	-----------

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
--------------------	--------	-----------

Ademir F Paula ademirpaula@kpmg.com.br Security Level: Email, Account Authentication (None) Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via Docusign	COPIED	Sent: 4/30/2026 6:19:50 PM
		Viewed: 4/30/2026 6:52:31 PM

Witness Events	Signature	Timestamp
----------------	-----------	-----------

Notary Events	Signature	Timestamp
---------------	-----------	-----------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
-------------------------	--------	------------

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	4/30/2026 5:46:06 PM
Certified Delivered	Security Checked	4/30/2026 6:18:57 PM
Signing Complete	Security Checked	4/30/2026 6:19:46 PM
Completed	Security Checked	4/30/2026 6:19:50 PM

Payment Events	Status	Timestamps
----------------	--------	------------